



SEÇÃO: DOSSIÊ: QUESTÕES ATUAIS DE DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA

## A Amazônia e a “utopia autoritária”: integração, ocupação e exploração ontem e hoje

*The Amazon and the “authoritarian utopia”: integration, occupation and exploitation yesterday and today*

*La Amazonía y la “utopía autoritaria”: integración, ocupación y explotación ayer y hoy*

**César Augusto Bubolz Queirós<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-5752-6148](https://orcid.org/0000-0002-5752-6148)  
[cesardequeiros@ufam.edu.br](mailto:cesardequeiros@ufam.edu.br)

**Recebido em:** 15 dez. 2021.

**Aprovado em:** 04 ago. 2022.

**Publicado em:** 17 nov. 2022.

**Resumo:** No processo histórico da colonização portuguesa no Brasil e da construção imagética da Amazônia, a região foi objeto de um conjunto de representações que a colocava tanto na condição de um obstáculo ao progresso, região incivilizada e de uma natureza insubmissa, quanto como uma fronteira a ser alcançada a fim de integrar aquelas vastas e ricas terras ao desenvolvimento nacional. Seria, portanto, um imenso “vazio” demográfico e civilizatório que precisava ser incorporado à Nação, pela ação do Estado e de agentes privados – apoiados por sua ação. A Amazônia sempre marcou forte presença no imaginário nacional e nos projetos de poder que eram alçados à esfera nacional. Atualmente, com a escalada das áreas devastadas na região durante o governo Bolsonaro e todas as investidas que promoveram um desmonte sobre os órgãos de fiscalização, a ação de madeiros e garimpeiros ilegais foi facilitada e as queimadas atingiram índices que alarmaram a comunidade internacional. Este artigo tem o objetivo de analisar algumas iniciativas de utilização das riquezas da região e de colonização do vale amazônico, destacando a relação entre as investidas sobre a exploração na Amazônia e a emergência de governos autoritários. Para tanto, utilizamos de discursos de agentes envolvidos no processo em diálogo com a bibliografia pertinente ao tema a fim de problematizar o processo de ocupação predatória da Amazônia.

**Palavras-chave:** Amazônia; ditadura; utopia autoritária; ocupação.

**Abstract:** In the historical process of Portuguese colonization in Brazil and the imagery construction of the Amazon, the region was the object of a set of representations that placed it both in the condition of an obstacle to progress, an uncivilized region with an unsubmissive nature, and as a frontier to be achieved in order to integrate those vast and rich lands into national development. It would, therefore, be an immense demographic and civilizing “void” that needed to be incorporated into the Nation, through the action of the State and private agents – supported by their action. The Amazon has always had a strong presence in the national imagination and in power projects that were raised to the national sphere. Currently, with the escalation of devastated areas in the region during the Bolsonaro government and all the attacks that promoted a dismantling of the inspection bodies, the action of illegal loggers and miners was facilitated, and the fires reached rates that alarmed the international community. This article aims to analyze some initiatives to use the region's riches and to colonize the Amazon valley, highlighting the relationship between the investments in exploration in the Amazon and the emergence of authoritarian governments. For that, we used speeches of agents involved in the process in dialogue with the relevant bibliography in order to problematize the process of predatory occupation of the Amazon.

**Keywords:** Amazon; dictatorship; authoritarian utopia; occupation.

**Resumen:** En el proceso histórico de colonización portuguesa en Brasil y en la construcción del imaginario de la Amazonia, la región fue objeto de un conjunto



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

de representações que a colocaban tanto en la condición de obstáculo para el progreso, región incivilizada y de naturaleza insumiso, como una frontera a conquistar para integrar esas vastas y ricas tierras al desarrollo nacional. Sería, por tanto, un inmenso "vacío" demográfico y civilizatorio que necesitaba ser incorporado a la Nación, a través de la acción del Estado y de agentes privados – apoyados en su acción. La Amazonia siempre ha tenido una fuerte presencia en el imaginario nacional y en los proyectos de poder que se elevaban al ámbito nacional. Actualmente, con la escalada de áreas devastadas en la región durante el gobierno de Bolsonaro y todos los ataques que promovieron un desmantelamiento de los cuerpos de inspección, se facilitó la acción de madereros y mineros ilegales y los incendios alcanzaron índices que alarmaron a la comunidad internacional. Este artículo tiene como objetivo analizar algunas iniciativas para utilizar las riquezas de la región y colonizar el valle del Amazonas, destacando la relación entre las inversiones en exploración en el Amazonas y el surgimiento de gobiernos autoritarios. Para eso, utilizamos discursos de agentes involucrados en el proceso en diálogo con la bibliografía relevante para problematizar el proceso de ocupación depredadora de la Amazonia.

**Palabras clave:** Amazônia; dictadura; utopia autoritaria; ocupación.

## Introdução

No processo histórico da colonização portuguesa no Brasil e da construção imagética da Amazônia, a região foi objeto de um conjunto de representações que a colocava tanto na condição de um obstáculo ao progresso, região incivilizada e de uma natureza insubmissa, quanto como uma fronteira a ser alcançada a fim de integrar aquelas vastas e ricas terras ao desenvolvimento nacional. Seria, portanto, um imenso "vazio" demográfico e civilizatório que precisava ser incorporado à Nação, pela ação do Estado e de agentes privados – apoiados por sua ação. A Amazônia sempre marcou forte presença no imaginário nacional e nos projetos de poder que eram alçados à esfera nacional. Atualmente, com a escalada das áreas devastadas na região durante o governo Bolsonaro e todas as investidas que promoveram um desmonte sobre os órgãos de fiscalização, a ação de madeireiros e garimpeiros ilegais foi facilitada e as queimadas atingiram índices que alarmaram a comunidade internacional.

Neste artigo, pretendo analisar algumas iniciativas de utilização das riquezas da região e de colonização do vale amazônico, destacando a relação entre as investidas sobre a explora-

ção na Amazônia e a emergência de governos autoritários. Para tanto, utilizamos de discursos de agentes envolvidos no processo em diálogo com a bibliografia pertinente ao tema a fim de problematizar o processo de ocupação predatória da Amazônia. Assim, em um primeiro momento, buscaremos analisar os projetos e discursos sobre a Amazônia durante o governo Vargas para, na sequência, buscar compreender a forma como a "utopia autoritária" influencia as práticas e representações sobre a Amazônia durante a ditadura militar e nos dias atuais.

## Vargas e a ocupação do vale amazônico

Segundo Djalma Batista, é necessário enxergar a região amazônica além dos estereótipos:

Apesar da aparente homogeneidade geográfica, caracterizada pela presença de rios caudalosos e de uma floresta sempre verde [...], toda essa terra imensa, além de ter pouca gente, possui diversidades étnica e cultural, embora a economia não divirja muito. Cada Amazônia tem, entretanto, as suas características próprias. [...] o espaço amazônico, apesar de grande, tem uma distribuição demográfica irregular, de que resulta, apesar de tudo, no final, um mínimo da presença do homem (BATISTA, 2007, p. 43).

A análise de tais representações se faz de extrema importância uma vez que elas justificavam, legitimavam e orientavam um conjunto de ações que, reciprocamente, retroalimentava essas representações. Sua construção está diretamente alinhada a um bloco de interesses concretos que tem na ocupação da região e no aproveitamento – predatório – de seu potencial econômico o grande objetivo. Diante disso, a natureza e os povos originários não poderiam ser "entraves" a esse discurso de desenvolvimento e "progresso". Para Chartier,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo

social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

No entanto, se a implementação de tal "missão civilizatória" atinge seu ápice durante o período da ditadura militar, devemos considerar que – com diferenças e especificidades que serão analisadas em outro momento – o projeto de ocupação/integração da região amazônica está presente ao longo dos últimos séculos e perpassou diferentes governos. Camila Monção Miranda destaca que "os ideais de 'desenvolver, integrar e ocupar' a Amazônia surgem com força antes mesmo da ditadura, durante a Era Vargas. [...] Muitas características dos projetos da ditadura de 1964 têm grande semelhança com propostas do Estado Novo para a região amazônica" (MIRANDA, 2018, p. 38).

Para Ferreira, é a partir do processo de centralização política decorrente da implementação do Estado Novo que se renova o interesse de Vargas sobre os territórios amazônicos a fim de potencializar o aproveitamento da enorme riqueza dos recursos hídricos e naturais. Tal intervenção derivava "do regime forte e centralizador que visava integrar economicamente o Brasil estabelecendo uma unidade nacional, mas priorizando os interesses do Estado acima dos interesses dos cidadãos" (FERREIRA, 1999, p. 36).

A emergência de um regime ditatorial e centralizador – o Estado Novo – surgiria aqui como elemento potencializador do processo de exploração dos recursos naturais e da ocupação/integração do vale amazônico. Portanto, era tarefa do novo regime não apenas a ocupação daquelas áreas inóspitas como também o aproveitamento das riquezas naturais, possibilitando uma maior valorização do Brasil no contexto geopolítico internacional. A colonização do vale amazônico era, pois, um desafio a ser superado.

Em um discurso pronunciado na cidade de Manaus, em evento realizado no Ideal Clube, em outubro de 1940, Vargas deixava claro seu projeto de civilizar e ocupar a região amazônica, deixando transparecer a premissa de uma oposição entre homem e natureza: "conquistar e dominar" essas terras seria, portanto, a "mais alta tarefa do

homem civilizado". Neste discurso, na presença do interventor Álvaro Maia, o presidente Getúlio Vargas afirmava:

Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. [...] Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (D'ARAÚJO, 2011, p. 77, 81).

Neste contexto, a "grandeza territorial" da Amazônia – com sua "feracidade inigualável" – lançaria ao homem civilizado os colossais desafios de "adensar o povoamento, conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta "em toda a sua pitoresca e perigosa extensão". Para isso,

impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir (VARGAS apud D'ARAÚJO, 2011, p. 77, 81).

As representações da Amazônia estavam mais impregnadas pelas suas possíveis ausências do que por uma visão real da multiplicidade de experiências e vivências desta região multifacetada que aguçava tantas curiosidades e ambições. Civilizar, ocupar e integrar eram as tarefas às quais as autoridades brasileiras se propunham, travando uma "cruzada desbravadora" que tinha como principal intuito "vencer o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado" (VARGAS apud D'ARAÚJO, 2011, p. 77, 81).

Para Francisco Pereira Costa, o estímulo à colonização talvez esteja

muito mais associado às práticas de expropriação e rapinagem do patrimônio dos povos originários, dos pequenos e médios camponeses, dos quilombolas, enfim, daqueles que

foram tangidos para outros lugares, do que a vinculação e determinismo dos fenômenos naturais (COSTA, 2015, p. 38).

O "Discurso do Amazonas" representa uma "carta de intenções" dos projetos para a ocupação e integração da região amazônica. No entanto, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e com os compromissos assumidos pelo país quanto ao fornecimento do látex, o projeto acabou sendo temporariamente interrompido. Segundo Maria Verônica Secreto,

no biênio 1942-1943 se fazia urgente obter borracha para fornecer aos aliados [...] Os Acordos de Washington (de março de 1942) previam o incremento da produção de borracha no velho esquema: ampliação da atividade extrativa, com base no recrutamento de mão-de-obra no Nordeste do Brasil (SECRETO, 2007, p. 121).

### A ditadura militar e a Amazônia

Com o golpe civil-militar de 1964, o processo de ocupação da região passa a ocorrer de forma contínua e sistemática, a partir da criação de planos, programas e superintendências criados pelo governo central com a finalidade de executar planos de ocupação e desenvolvimento do espaço amazônico. Durante o governo Castelo Branco, foram implementadas as bases político-institucionais para este reordenamento: em 1966, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a reformulação do Banco de Crédito da Amazônia S. A., dando lugar ao Banco da Amazônia S. A. (BASA), que, em conjunto com o Banco do Brasil, foram os principais financiadores deste modelo. Em 1967, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e, em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o RADAM (FRANKLIN, 2014, p. 336).

A implementação dessa política de ocupação da Amazônia foi idealizada a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), gestada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949. A partir da criação do *National War College*, em 1946, diversas escolas militares foram fundadas na América Latina se-

guindo sua inspiração: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia. Para Padrós, o aparelhamento dessas instituições tinha como objetivo fundamental

implicar atores locais na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o Pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico (PADRÓS, 2005, p. 210).

Neste contexto de Guerra Fria e de bipolaridade política, a DSN seria a "manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais" (BORGES, 2014, p. 24).

No Brasil, a geopolítica de Golbery do Couto e Silva e dos demais membros da ESG serviu de esteio para a elaboração dos projetos voltados para a ocupação da Amazônia, tendo como um desenvolvimento econômico aos moldes do capitalismo tradicional com base em uma política de Segurança Nacional. Nessa perspectiva, a Amazônia passa a ser vista do ponto de vista geopolítico como tendo uma importância estratégica para a segurança nacional, representando um "elemento essencial do próprio tamponamento inicial da fronteira" (SILVA, 1967, p. 133). Nessa direção, os projetos desenvolvimentistas voltados para a "integração" da Amazônia tinham por finalidade a consolidação de um "domínio efetivo" sobre a região.

A partir dessa perspectiva geopolítica e estratégica inspirada na DSN, podemos analisar os projetos destinados à ocupação/integração da Amazônia tendo como ponto de partida dois aspectos principais: a integração da região como forma de efetivar o pleno domínio do território diante da cobiça internacional (inimigo externo) e a ocupação do espaço amazônico a partir de estímulos à migração – tanto no Nordeste, quanto no Sul e Sudeste – a fim de promover o esvaziamento dos conflitos internos e focos de

oposição ao 'regime' (inimigo interno).

No contexto da DSN, a cobiça internacional e as possíveis ameaças de internacionalização da Amazônia justificariam a necessidade premente de ocupação daquela vasta e quase inabitada região. Em seu livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Arthur Cezar Ferreira Reis, que governou o estado do Amazonas após a deposição de Plínio Ramos Coelho em junho de 1964, argumentava que a atenção dos países desenvolvidos estaria direcionada para a Amazônia, cuja exploração de suas potencialidades por estes países representaria a solução para uma variada gama de problemas enfrentada no Velho Continente. Assim, os países economicamente mais desenvolvidos iriam encontrar um meio, seja lícito ou ilícito, de lançar mão das potencialidades amazônicas (REIS, 1973, p. 158). No final da década de 1960, eram frequentes os periódicos, notícias, artigos e editoriais explorando a temática da ameaça à soberania nacional e da internacionalização da Amazônia.

O artigo intitulado *A Amazônia corre perigo de internacionalização?*, escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis e publicado na revista *Realidade* no ano de 1967, sintetiza a visão do autor sobre as ameaças da cobiça internacional sobre os territórios amazônicos. No artigo, Arthur Reis expõe o risco que o território nacional sofria em função da cobiça internacional pelas terras amazônicas, afirmando que "aguçavam os apetites dos povos poderosos que careciam de matérias primas para seus parques industriais e de espaço para nele situarem parcelas que carecem de lar, de terra para viver" (REIS, 1968, p. 9).

Segundo Reis, para impedir a internacionalização da Amazônia, faz-se necessário que "nos armemos, não apenas para a luta armada" (REIS, 1968, p. 9). Em *A Amazônia e a Integridade do Brasil*, preocupado com a "gravidade do problema da Amazônia" e destacando que, pela "exiguidade populacional" a Amazônia representaria um "deserto brasileiro", Arthur Cezar Ferreira Reis escreve que

Os espaços abertos como a Amazônia estão despertando interesses suspeitos. Há fome

de espaço para as multidões que se comprimmem em certas áreas do mundo. Escreve-se uma literatura que não é impressionista nem fantasiosa, mas profundamente realista, indicando a Amazônia como a área própria para resolverem-se problemas daquele tipo (REIS, 2001, p. 247).

Para Reis, era necessária a realização de um grande esforço coordenado que resultasse na ocupação do vale amazônico e na chegada da "civilização" à região. Ocupação e integração eram o binômio que sustentaria que a região pudesse se tornar "útil à civilização":

Nenhuma força, telúrica ou não, é força impeditiva para que se efetue a empresa ou a aventura, para muitos, da ocupação da Amazônia e sua integração como espaço útil à civilização universal e, no nosso caso específico, à civilização que o Brasil constrói vencendo as dúvidas e as resistências dos trópicos de que fazemos parte (REIS, 1967, p. 14).

Em 25 de janeiro de 1968, a capa do periódico *Folha do Norte* trazia a seguinte manchete: "Não se trata de chauvinismo: nossa soberania está mesmo ameaçada", contendo declarações do senador Arthur Virgílio e do ministro Albuquerque Lima denunciando uma possível invasão na Amazônia (Folha do Norte, Belém, 25/01/1968). Em dezembro de 1967, o periódico *O Jornal*, trazia uma reportagem intitulada *É o plano da invasão*, que também denunciava planos de tomada da Amazônia. Segundo Medeiros,

A internacionalização da Amazônia se insere nas narrativas hegemônicas levadas a efeito por atores-autores que forjam o poder de decidir sobre o espaço amazônico, muitas vezes, tratado como região problema. Jornais e revistas se tornam instrumentos de divulgação, debates, prognósticos, conjunturas, repercussões e de projeções que estabelecem proposições territoriais (MEDEIROS, 2012, p. 123).

Nesta direção, tanto a imprensa quanto os discursos dos representantes da ditadura convergiam ao estabelecer uma narrativa que criava a premência da ocupação da região face a uma ameaça externa, o que legitimava e justificava os excessos e atropelos ocorridos durante a aplicação de projetos desenvolvimentistas que resultavam no genocídio e desterritorialização

das populações indígenas e no desmatamento desenfreado.

Por outro lado, para garantir a integração da Amazônia ao território nacional era necessária sua efetiva ocupação, com o deslocamento da fronteira agrícola para as margens do rio Amazonas e incorporação de amplas faixas da população através da reorientação das migrações de mão-de-obra do Nordeste. Segundo Morais,

A propaganda oficial alardeada pelo presidente Médici centrava-se em transferir 'os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia'. Os 'homens sem terra' do Nordeste eram resultado da concentração de terras e de políticas públicas que mais agravavam que atenuavam a situação de pobreza na região, pois não foram capazes de atacar as questões básicas de infra-estrutura que visava minimizar os problemas decorrentes da seca. Da mesma forma, a Amazônia, apesar da baixa densidade demográfica, não se constituía no "vazio demográfico" que se apregoava. As suas terras já estavam ocupadas por tribos indígenas e por pequenos agricultores e posseiros, desde pelo menos o século XVIII (MORAIS, 2000, p. 59).

A fim de operacionalizar tais intentos, em dezembro de 1966, foi lançada a "Operação Amazônia", que abria "caminhos para a exploração dos recursos naturais, articulando o tripé da economia brasileira, formada pelo capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro, representado pelos grandes monopólios multinacionais" (STELLA, 2009, p. 86). Nela, a região era descrita "como um dos maiores desertos do mundo", necessitando de um esforço conjunto para adensar o povoamento e fomentar a exploração capitalista, sob a inspiração da ideologia de "segurança nacional" e cujo lema seria "integrar para não entregar".

Segundo Antenor Silva, o Plano de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, surge como uma estratégia geopolítica que combinava programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra (SILVA, 2015, p. 71). A iniciativa do governo de Médici estava baseada na construção de grandes rodovias com a finalidade de integrar a região amazônica ao território nacional. Ainda segundo Silva, o Plano de Integração Nacional "vislumbraria

posteriormente a construção de outras rodovias como a Cuiabá-Porto Velho (atual BR-364) e a Perimetral Norte (atual BR-210), mas nenhuma dessas tornar-se-ia tão emblemática quanto a Transamazônica" (SILVA, 2015, p. 71). Analisando as metas oficiais do Plano de Integração Nacional, Oliveira destaca três:

a primeira referia-se à abertura de duas rodovias na Amazônia – a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia Ocidental – Rondônia-Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando o Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de "colonização e reforma agrária" e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; e a terceira medida referia-se à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa (OLIVEIRA, 1991, p. 63).

No entanto, devemos salientar que a implementação destes projetos desenvolvimentistas no espaço amazônico ocorreu sem que fossem levadas em consideração as reais necessidades dos habitantes da região e, principalmente, a despeito de seus interesses. A elaboração de tais projetos partiu de um profundo desconhecimento da lógica regional, caracterizando-se pela imposição de um modelo de desenvolvimento exógeno e que atendia sobretudo aos interesses do capital privado nacional e internacional com forte influência da geopolítica bipolar. A implementação de um amplo programa de construção de grandes obras rodoviárias no espaço amazônico com o intuito de integração territorial e de fixação populacional – com a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), Manaus-Porto Velho, (BR 319), Cuiabá-Santarém (BR-163), da Perimetral Norte (BR-210), entre outras – rasgou a floresta, provocando enormes e irreparáveis danos ambientais e a violação dos direitos dos povos tradicionais.

Tal quadro permite que tracemos uma relação direta entre a imposição de um projeto desenvolvimentista da ditadura para o espaço amazônico e a utopia autoritária levada a cabo pelos militares, que consistia não apenas na "crença de

que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, 'subversão', 'corrupção') tendo em vista a inserção do Brasil no campo da 'democracia ocidental e cristã' (FICO, 2004, p. 33) como também em uma estratégia de desenvolvimento econômico verticalizada e autoritária que colocava os interesses do Estado acima dos direitos individuais e que recorria sistematicamente à violação desses direitos a fim de concretizar suas ações de governo. Nesse sentido, a 'utopia autoritária' tinha por premissa a crença da superioridade militar sobre os civis, o que conferia às Forças Armadas a responsabilidade efetiva sobre os rumos do país e um certo compromisso ético e moral originado de sua condição.

Para Fico, a crença nessa superioridade militar estava baseada em duas dimensões: a primeira de "viés saneador" e a segunda de "base pedagógica". Por meio da primeira, cabia aos militares o saneamento do organismo social, "extirpando-lhe fisicamente o 'câncer do comunismo'" (FICO, 2004, p. 38). Essa tarefa de erradicação da oposição e do dissenso representados pelo 'comunismo' e pela 'subversão' cabia à polícia política, ao aparato repressivo e de espionagem, de censura à imprensa e ao corpo jurídico. A segunda dimensão, de base pedagógica, buscava exercer uma prática educativa que partia do pressuposto de que a população brasileira era despreparada, não sabia votar e que, portanto, necessitava que lhes fosse dada orientação.

Luis Felipe Miguel também observa a existência dessa crença na superioridade moral e técnica dos militares, que estariam cientificamente preparados para oferecer soluções a todos os problemas nacionais. Esse discurso seria um dos elementos que justificariam a intervenção direta dos militares na gestão da vida nacional, uma vez que, diferentemente dos políticos profissionais, não estariam presos aos grupos que os apoiam, tornando-os incapazes de adotar medidas firmes. Para o autor, a legitimidade dos governos militares não estaria vinculada à soberania popular, pois sua legitimidade se condiciona à adequação aos "objetivos nacionais permanentes". E, de acordo com a doutrina, são as próprias "elites" que in-

terpretam as aspirações nacionais e fixam tais objetivos. (MIGUEL, 2002, p. 44).

Com esse intuito, a partir de 1964, foi criado um aparato repressivo "fundamentado na perspectiva da 'utopia autoritária', segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a 'subversão', a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de 'país do futuro'" (FICO, 2004, p. 36). Assim, o SNI foi criado ainda em 1964 e, gradualmente, foi se estabelecendo um aparato jurídico autoritário que conformaria as bases legais e buscaria a legitimação do regime. Para Carlos Fico, a "utopia autoritária" pode ser considerada como sendo o "cimento ideológico que agregava todas as instâncias", sendo uma forma menos elaborada e intelectualmente diluída da Doutrina de Segurança Nacional (FICO, 2004, p. 38).

Recentemente, vivenciamos a retomada desses discursos de "integração" da Amazônia e de aproveitamento de suas riquezas naturais. Sobretudo, desde as jornadas de junho de 2013, verificamos o crescimento de uma onda reacionária e fortemente autoritária que canalizou um discurso fascista, marcado por fortes ataques à Constituição e aos Direitos Humanos, pela tentativa de reabilitação da ditadura militar e por ataques agressivos às instituições. Foi nessa onda reacionária que, durante a eleição de 2018, uma eleição marcada pela forte utilização de *Fake News* e pela cada vez mais evidente interferência do Poder Judiciário no processo eleitoral, foi eleito o presidente Jair Messias Bolsonaro, um parlamentar de pouca projeção ao longo de toda a sua carreira política e que se notabilizou pela defesa da ditadura militar, pela apologia à tortura e pelo envolvimento em constantes polêmicas.

Sua eleição teve como pano de fundo o reavivamento de um discurso anticomunista, a defesa de valores da "família tradicional" e a busca pela identificação com a ditadura militar – tido como um período de prosperidade e segurança e livre da corrupção. Para a Amazônia, verificou-se a retomada do discurso "integracionista" e "desenvolvimentista", onde os órgãos de fiscalização foram sucateados e desestimulados a fim de

promover a ocupação da região e o desenvolvimento do agronegócio e da mineração – com reiterados chamamentos para a exploração do nióbio da região como forma de alavancar o desenvolvimento nacional.

Buscando compreender as ações e discursos do atual governo a partir da discussão apresentada neste tópico, indicaremos algumas características que remetem à ideologia de uma "utopia autoritária" e que estão presentes nas falas, posturas e atitudes dos atuais governantes. Considerando o espaço de que ainda dispomos, nos propusemos a apenas indicar alguns pontos de análise que serão mais bem aprofundados em outro momento.

Como destacado ao longo deste tópico, é elemento constituinte da "utopia autoritária" a crença na superioridade técnica e moral dos militares, a quem caberia um certo compromisso ético e moral de efetivar o saneamento social do país. Dada a sua condição corporativa e sua formação, eles estariam preparados para oferecer melhores soluções aos problemas nacionais do que os políticos profissionais, presos a interesses políticos e suscetíveis à corrupção. A maciça presença de militares em postos chave do atual governo é, certamente, um sinal da permanência de elementos da mencionada utopia autoritária no governo e tem se acentuado ao longo do último ano, o que aponta para um possível agravamento da ameaça à democracia e às instituições. Esse processo de militarização da política – atípico em tempos de democracia – é facilmente perceptível ao observarmos a forte presença de militares no governo. Atualmente, nove pastas ministeriais são ocupadas por integrantes das Forças Armadas.

Além disso, os pontos de comando das diretorias das principais empresas estatais brasileiras (como Petrobrás, Eletrobrás, Correios, Infraero, Casa da Moeda, Ebserh etc.) está nas mãos de membros das Forças Armadas. Embora a militarização dos ministérios e de áreas estratégicas do governo seja justificada pela suposta compe-

tência e pela formação técnica desses militares, o que vemos é uma clara tentativa de utilização da "credibilidade" das Forças Armadas para trazer legitimidade ao governo Bolsonaro e, ao mesmo tempo, para sinalizar o apoio das armas ao governo diante de constantes críticas, denúncias e crises institucionais. A militarização do governo se constitui possível ameaça à democracia no país e motivo de aprofundamento da instabilidade na relação entre os três poderes da República.

No que diz respeito às posturas do governo em relação à Amazônia, percebe-se a retomada de um discurso conspiracionista que se utiliza do argumento da cobiça internacional sobre os espaços amazônicos com o intuito de justificar uma ocupação que atenda aos interesses do agronegócio, da pecuária e da mineração. A nomeação do vice-presidente, o general Mourão, para o Conselho Nacional da Amazônia em meio a uma crise internacional motivada pelas queimadas na Amazônia é mais um capítulo do processo de militarização da política em meio a acusações de que ONGs dedicadas a lutar pela preservação do meio ambiente estariam atendendo a interesses internacionais com o intuito de ocupar a Amazônia.

Os argumentos conspiratórios de internacionalização da Amazônia servem como pretexto para a promoção de uma ocupação desordenada e predatória dos espaços amazônicos e para o afrouxamento dos mecanismos de proteção ambiental. Às vésperas da reunião do G20, o general Augusto Heleno, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo, afirmou: "A estratégia de preservar o meio ambiente do Brasil para mais tarde [outros países] explorarem. Está cheio de ONG por trás deles, ONGs sabidamente a serviço de governos estrangeiros".<sup>2</sup> No entanto, tal nacionalismo é seletivo pois, enquanto denuncia as ameaças de internacionalização da Amazônia brasileira, por outro lado, propôs aos Estados Unidos uma parceria para a exploração da floresta. Ou seja, tal discurso conspiratório

<sup>2</sup> Fala do então Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, às vésperas da reunião do G20, em Osaka, em junho de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/06/vao-procurar-sua-turma-diz-heleno-sobre-criticas-de-europeus-a-politica-ambiental-de-bolsonaro-cjxesjwfg02xz01pewvbudql3.html>. Acesso em: 7 set. 2022.

serve de escudo e alicerce para a exploração das riquezas da região pelo capital privado – nacional ou internacional.

Outros elementos que consideramos parte do entulho autoritário da ditadura militar não serão aqui analisados mais detidamente. No entanto, gostaríamos de mencionar algumas dimensões para posterior análise: a) a existência de um discurso baseado na noção de "segurança nacional", que elege grupos de oposição ao governo como inimigos internos, retomando o discurso do anticomunismo; b) utilização de narrativas que reabilitam a ditadura, que estabelecem uma disputa pela memória desse período histórico que se caracteriza pelo negacionismo relacionado às violações dos direitos humanos e atrocidades cometidas pelo em nome do Estado e, ao mesmo tempo, constrói uma imagem de um tempo de prosperidade e segurança; c) tentativas frequentes de estabelecer mecanismos de controle do Executivo sobre o Legislativo e sobre o Judiciário e o estabelecimento de um conflito latente entre os três poderes da República, cuja intenção é criar as condições para uma supremacia do Executivo e de uma relação conflituosa com a imprensa e com os meios de comunicação, que se reflete nos frequentes entraves colocados sobre o trabalho de veículos de comunicação e jornalistas que realizam uma cobertura mais "independente" e mesmo em tentativas de censura e de cerceamento à livre expressão.

A Amazônia segue sendo objeto da ganância de grupos que, à revelia das questões ambientais e às custas dos direitos dos povos indígenas e ribeirinhos que tem seu modo de vida essencialmente ligado aos diferentes espaços amazônicos, seguem impondo uma exploração irresponsável e predatória, que coloca em risco todo um ecossistema. Sob governos autoritários, esta sanha depredatória ganha legitimidade e, na certeza da impunidade, se torna ainda mais nociva. A Amazônia não é um espaço vazio, um inferno verde e, muito menos, um deserto! No entanto, parece que tem muita gente interessada em transformá-la em um oásis de seu próprio enriquecimento.

## Referências

- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas, 1883-1954*. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares, n. 62).
- FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado novo e ocupação da Amazônia. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, n. 20, p. 33-40, 1999.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FOLHA DO NORTE. Belém, 25 jan. 1968.
- FRANKLIN, Cleber Batalha. Geopolítica dos Governos Militares para a Amazônia Brasileira. *Olhares Amazônicos*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 332-347, 2014.
- MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. *Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA*. 2012. Tese. (Doutorado em História) – UnB, Brasília, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, Dinamarca, v. 5, p. 1-18, 2002.
- MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2018.
- MORAIS, Maria de Jesus. *Rio Branco - Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay.. Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e o mundo atual*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1967.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia corre perigo de internacionalização? Realidade*, São Paulo, 1968.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2001.
- SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à sagados soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, jul./dez. 2007.

SILVA, Antenor Alves. *A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico*. Salvador: Pontocom, 2015.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1967. (Coleção Documentos Brasileiros, 126).

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. *A integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

---

### César Augusto Bubolz Queirós

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil.

---

### Endereço para correspondência

César Augusto Bubolz Queirós  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200  
Coroado I, 69067-005  
Bloco Arthur César Ferreira Reis – IFCHS  
Manaus, AM, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*